



PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
PARA A ATUAÇÃO COM A
PRIMEIRA INFÂNCIA
EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

2025

Realização



Apoio



Ficha Técnica

Realização

Rede Estadual pela Primeira Infância do Rio Grande do Sul (Repi-RS) - Grupo de Trabalho Ações Emergenciais

Organização Mundial Para a Educação Pré-Escolar (OMEP) - Novo Hamburgo/RS

Apoio

United Way Brasil

Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

Organizações parceiras

Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini

Curso de Psicologia da Unisinos

Departamento de Estudos Especializados/Faced/UFRGS

ITIPOA Psicanálise e Criatividade

Programa Primeira Infância Melhor do Município de Alvorada/RS

Rede Pedagogia de Emergência RS

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania de Taquara/RS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Colinas/RS

Sesquinho Cachoeirinha

Zelo Consultoria em Educação e Desenvolvimento Infantil

Autoras

Gabriela Dutra Cristiano

Gabriela Dal Forno Martins

Contribuições

Ana Paula Jasper

Carla Oliveira da Silveira

Ivanosca Martini

Juliana Tonin

Produção Gráfica

Bonina Estúdio

Imagens

Banco de Imagens da Prefeitura de Porto Alegre/RS

Unsplash

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	8
2.1 Princípios	10
2.2 Diretrizes	
Prevenção	12
Crise	14
Recuperação	20
3. SUGESTÕES DE MATERIAIS DE APOIO	23
4. ANEXO	26
Resumo das experiências relatadas no Seminário “ Primeira Infância e as enchentes: o que aprendemos com elas? ”	

1 APRESENTAÇÃO

A emergência climática impõe novos desafios ao poder público e às organizações sociais, especialmente sobre formas de assimilação das orientações de referência relativas às situações de desastre (Força Nacional do SUS), bem como construção de respostas específicas que atendam às necessidades na primeira infância. Neste material, são apresentados **princípios e diretrizes** que apoiam a construção de estratégias tanto no período da emergência em si (crise), como na prevenção e preparação para os desastres advindos de eventos climáticos.

Sua formulação parte das experiências relatadas no **Seminário “Primeira Infância e as enchentes: o que aprendemos com elas?”**, realizado em 29 de novembro de 2024, em Porto Alegre. Este Seminário foi realizado pela Rede Estadual Primeira Infância do RS (Repi-RS), em parceria com a Omep-NH e com o apoio da United Way Brasil e do Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seu objetivo foi compartilhar e avaliar experiências com foco na primeira infância, vividas no contexto das enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul. No quadro da próxima página, é possível conhecer os títulos das experiências compartilhadas no evento e no anexo deste documento constam os resumos de cada experiência.

“A Primeira Infância nas lentes da Intervenção da Pedagogia de Emergência no Rio Grande do Sul” (Joselaine Fucks - Rede Pedagogia de Emergência RS)

“Promovendo espaços suficientemente bons nos abrigos” (Ivanosca Martini pelo ITIPOA Psicanálise e Criatividade)

“Observatório Faced/Ufrgs e as ações pelo direito das crianças no contexto de calamidade pública no RS” (Juliana Goelzer - Departamento de Estudos Especializados/Faced/UFRGS)

“Atendimento do Serviço de Proteção Em Calamidades Públicas e Emergências do município de Taquara durante as enchentes de maio de 2024: foco no atendimento à Primeira Infância” (Leidi Daiana Flesch - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania de Taquara/RS)

“O cuidado nos une: a experiência do abrigo da Unisinos em São Leopoldo” (Tagma Marina Schneider Donelli - Curso de Psicologia da Unisinos)

“Bebês também precisam brincar: atuação para garantia dos bebês no contexto das enchentes” (Grupo de Trabalho “Direitos dos bebês no contexto das enchentes - Repi-RS)

“A lágrima secando: o trajeto do olhar perdido à esperança.” (Elisabel Siqueira - Programa Primeira Infância Melhor do município de Alvorada/RS)

“Dialogando com crianças pequenas, do município de Colinas, sobre fenômenos naturais, utilizando a caixa de ferramentas Criança e Clima” (Paola Cristina Schwarz - Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Colinas/RS)

“Atuação do Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini junto à Comunidade Santa Teresinha no contexto das enchentes” (Lisandra Batista Felix - Coordenadora do Centro)

“Como as crianças seguem ocupando a cidade no contexto pós-enchente? Possibilidades de resignificação a partir da escuta das crianças” (Bruna Antunes da Cunha - Sesquinho Cachoeirinha)

Quadro 1. Experiências relatadas no Seminário “Primeira Infância e as enchentes: o que aprendemos com elas?”, as quais deram base para este documento.

Espera-se que este material inspire ações e estratégias sensíveis às necessidades de bebês, crianças, gestantes e puérperas, entendendo que estas populações são atingidas de forma particular pelas catástrofes ambientais.

2

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A primeira infância é um período da vida basilar para todo o desenvolvimento humano. A proteção das crianças, conforme a Constituição Federal de 1988, é de responsabilidade das famílias, do Estado e de toda a sociedade

Os princípios e diretrizes apresentados partem do reconhecimento de que as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social são aquelas que são mais duramente atingidas por um desastre. Para que as crianças sejam apoiadas, é preciso fortalecer as pessoas adultas e os serviços que exercem funções de cuidado e proteção destas, como as famílias, as escolas e as unidades de saúde, por exemplo.

Por isso, em especial em situações que atingem diretamente os seus contextos de vida, como as emergências climáticas, é necessário que se somem esforços para que elas possam não apenas sobreviver, mas também prosperar e terem garantido um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento.

2.1 Princípios

Os princípios são aspectos transversais que devem nortear o olhar e as ações de proteção e cuidado com a primeira infância em situações de emergência.

Profundo reconhecimento de bebês e crianças como sujeitos integrais e de direitos

As crianças percebem, sentem e elaboram o vivido de forma diferente das pessoas adultas, dependendo da faixa etária, momento e contexto de vida. Em uma situação de catástrofe, para garantia de seus direitos, é importante considerar aspectos relacionados tanto à sobrevivência, segurança e proteção física, como à atenção aos aspectos emocionais e sociais.

Garantir sensibilização às questões relacionadas a primeira infância para profissionais que atuam nas situações de emergência

Cada vez mais se faz necessária uma preparação para prevenção das situações de emergência climática, assim como conhecimento para atuar no momento da emergência em si (crise) ou de recuperação (pós-emergência) e todas as suas subfases¹. É importante que os(as) profissionais envolvidos possam ter acesso a conhecimentos que os sensibilizem a olhar para as particularidades da atuação relacionada à primeira infância, gestação e puerpério, tendo em vista as necessidades específicas desses momentos da vida e a prioridade absoluta da infância garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal de 1988.

¹ Conforme detalhado pela Defesa Civil, disponível em: <https://pndc.com.br/> e <https://defesacivil.rs.gov.br/acoes-preventivas-e-dicas>

As infâncias são atravessadas por marcadores de classe social, raça, gênero e deficiência

Em uma situação de emergência, todas as pessoas atingidas ficam mais vulnerabilizadas e, como temos afirmado, as infâncias precisam de uma atenção particular. No entanto, sabe-se que não existe uma única infância vivida por todas as crianças. Estas e suas famílias vão ser mais ou menos atingidas, assim como ter mais ou menos recursos para recuperação, a depender de diversos marcadores como raça, classe social, gênero e deficiência. Desta forma, para uma atenção com mais equidade, as análises e estratégias a serem desenvolvidas precisam levar em consideração as características dos territórios que as famílias vivem e, também, a diversidade e diferença constitutivas de suas experiências de vida.

As crianças experimentam e se relacionam com o mundo através do brincar, então o brincar é uma necessidade essencial, inclusive nas situações de emergência

É através do brincar que as crianças dialogam e elaboram sua experiência no mundo. Em todas as fases de um desastre, seja na elaboração de estratégias de prevenção ou para dialogar sobre as questões ambientais e climáticas, seja no momento da crise, nos alojamentos temporários, ou mesmo no momento da recuperação, no retorno para os territórios de origem ou mudança para outros, a experiência das crianças com o brincar precisa ser tomada a sério.

Ações de organizações internacionais e da sociedade civil são mais efetivas quando coordenadas com o planejamento local

Os locais afetados por eventos extremos tendem a receber maior atenção para recursos, projetos e estratégias de diversas organizações. Para que o trabalho seja coordenado, efetivo e evite expor as pessoas a maiores situações de vulnerabilidade, é importante que o trabalho seja alinhado com o planejamento local. Uma estratégia interessante é pactuar o desenvolvimento de projetos que atuem para o fortalecimento das políticas públicas já existentes.

2.2 Diretrizes

Para facilitar a apropriação, organizamos as diretrizes considerando os diferentes momentos de uma situação de emergência, ou seja, a fase anterior ao evento (prevenção) e as fases posteriores (crise e recuperação). Como se trata de um relato fundamentado nas experiências, considera-se essencial refletir sobre as formas de adaptação mais efetivas em conformidade com os sujeitos, as culturas e realidades locais.

Prevenção

- **Incluir o olhar para a primeira infância, gestantes e puérperas nos planos de contingência**

Garantir a participação de profissionais que atuam com a primeira infância, gestação e puerpério na elaboração dos planos de contingência municipais favorece que nestes estejam expressos aspectos específicos que devem ser observados em todas as etapas da situação de emergência.

- **Equipes preparadas para a atuação em situações de emergência produzem uma resposta mais eficaz e protetiva, inclusive diante de questões específicas envolvendo a primeira infância**

Muitos estudos têm apontado que a ocorrência de eventos climáticos extremos será cada vez mais recorrente. Por isso, incluir conteúdos relacionados à atuação em situações de emergência nas formações e educações permanentes de profissionais da saúde, da educação, da assistência social, da comunicação, dentre outros, é uma estratégia altamente recomendada para que se

construa uma resposta mais ágil, eficaz e protetiva. Além disso, é uma estratégia formadora de recursos humanos de base incluir a atuação em eventos climáticos extremos em cursos de graduação e formação profissional de diversos campos de atuação, pautados nas disciplinas, nos projetos de extensão e em outras atividades de formação. É essencial, uma vez que são os únicos sujeitos de prioridade absoluta garantida constitucionalmente, abordar aspectos específicos do cuidado e proteção à primeira infância, tais como os efeitos de catástrofes climáticas nas vivências da gestação, puerpério e na construção do vínculo cuidadores-bebê, o brincar e a escuta das crianças pequenas em situações traumáticas, entre outros.

- **É importante dialogar com as crianças sobre as mudanças climáticas e os riscos para eventos climáticos**

Em diferentes faixas etárias e diferentes momentos da vida as crianças podem ter oportunidades de ampliar sua compreensão sobre o ecossistema, sobre a questão ambiental e as mudanças climáticas. Estratégias como contação de histórias, jogos e trabalhos de investigação podem ser interessantes, pois possibilitam que o tema seja apresentado de forma gradual, a partir do interesse/perguntas das crianças e de sua forma de ler o mundo. É imperativo assumir esse diálogo com as crianças promovendo o cuidado para evitar o estímulo à ansiedade, tristeza, desesperança e ao em relação ao seu presente e futuro.

As crianças também têm o direito de compreender o que envolve uma situação de desastre, para que exerçam seu direito à informação e participação na elaboração das soluções. Assim elas passam a possuir elementos para reconhecer e atuar nas situações conforme suas faixas etárias, mas sobretudo para identificarem que, embora se manifestem cenas e cenários caóticos nesses momentos, os adultos responsáveis atuam para garantir sua segurança, integridade e bem-estar.

Crise

- **Intervenções sensíveis possibilitam apoiar adultos e crianças**

Para que as crianças pequenas se sintam amparadas, é importante que pessoas adultas de referência também estejam amparadas. Para isso, desde as primeiras horas após a situação traumática, ter profissionais sensíveis e preparados(as) que possam oferecer a presença, tempo, escuta acolhedora, informações, sem dramatizações, vitimizações, tampouco julgamentos, é um apoio decisivo para restabelecer a conexão entre as pessoas adultas e as crianças pequenas, inclusive os bebês, atingidos pela situação. Profissionais que escutam adultos e crianças nestas situações precisam também de apoio, tendo em vista que precisam elaborar conteúdos difíceis. Uma estratégia possível, nesse sentido, é a organização de grupos de escuta especializada aos profissionais, preferencialmente conduzidos por pessoas externas, podendo, para tanto, serem realizadas parceria com Universidades, Institutos de Formação, etc.

- **Iniciativas que se inserem nos alojamentos devem partir da escuta, do reconhecimento das singularidades humanas e locais e trabalhar em rede**

Nos alojamentos temporários, vai se estabelecendo uma dinâmica específica de convivência das pessoas, e também de organização para os serviços de saúde, assistência social, dentre outros. Faz toda a diferença quando se estabelece pessoas de referência para iniciativas que sejam propostas por organizações e instituições parceiras e que se estabelece acordos para que estes projetos de fato atendam às necessidades das pessoas e possam trabalhar em rede com profissionais de referência para o espaço, como psicólogos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), agentes de saúde, equipes do Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, por exemplo. A atenção às características e sujeitos locais é determinante para o sucesso de cada ação, confirmado e recomendado também pelas diretrizes e orientações promovidas pela FNSus.



Cesar Lopes / PMPA

- **Espaços para o brincar devem ser acolhedores, seguros e inclusivos**

No momento da crise, muitas pessoas podem se mobilizar para fazer doações de brinquedos, livros e até mesmo para trabalhar voluntariamente brincando com as crianças. No entanto, por vezes o excesso pode atrapalhar ou mesmo colocar as crianças em situações de maior vulnerabilidade. Os espaços para o brincar precisam ser acolhedores, minimamente organizados, pensados para todas as crianças, inclusive as com deficiência(s), e preferencialmente divididos por faixa etária (bebês, crianças menores e crianças maiores). É interessante garantir espaços tanto ao ar livre como em área fechada. Além disso, para que o espaço seja seguro, é fundamental estabelecer pessoas de referência que se vinculam e acompanham o espaço por algum tempo. Vale considerar que uma parte importante da interação para elaboração emocional sobre o vivido acontece nestes espaços.

- **Para além de criar os espaços de brincar, é importante pensar sobre o tempo, o ritmo e as interações que ali ocorrem**

O brincar livre é uma potente ferramenta para que as crianças elaborem o vivido e estabeleçam internamente o bem-estar e o seguimento de seu desenvolvimento. Estabelecer alguns horários, uma sequência de propostas que não seja rígida e trabalhar com a arte (pintura, musicalidade, expressão corporal) são boas opções. Além disso, os ambientes podem ser atrativos para as famílias estarem junto com as crianças, favorecendo que possam ter um tempo lúdico e de interação de qualidade em meio a situação de crise.

- **É preciso considerar particularidades do período da gestação, parto e puerpério**

A construção de alojamentos específicos para determinadas populações pode ser uma estratégia necessário em alguns casos, mas deve sempre levar em consideração as particularidades de cada público. Experiências nas enchentes, relatadas no evento, demonstram que muitas gestantes e puérperas têm preferência por permanecer próximas a familiares e relações comunitárias. Outras podem ter preferência por espaços destinados a mulheres e crianças. Sempre que possível, a melhor alternativa é informar as possibilidades e oferecer a chance de escolha. Além de pensar na natureza dos alojamentos para este público, outras estratégias de atenção específicas à gestantes e puérperas podem ser relevantes, tais como: grupos de escuta e compartilhamento de experiências, escuta individual e apoio aos cuidados iniciais ao bebê, garantia de espaços adequados para realização dos cuidados ao bebê.

- **É preciso um olhar sensível e específico para os bebês**

Embora os bebês que passam por uma situação de emergência causem comoção midiática, suas necessidades tendem a ficar invisibilizadas. Este é um momento da vida que possui uma vulnerabilidade muito particular, já o bebê depende de pessoas adultas para a garantia de suas necessidades. Por isso, ações específicas para construção de espaços seguros para os bebês são muito importantes, construção de espaço físico e disposição de objetos que permitam que o bebê explore o ambiente. Uma atenção especial deve ser dada para que os bebês não fiquem demasiadamente restritos aos colchões, carrinhos ou outros dispositivos com semelhante função. Estas ações devem se pautar no apoio às famílias, na relação com as pessoas de referência que possivelmente estão sobrecarregadas e vulnerabilizadas neste momento.

- **Bebês e crianças com deficiência(s) precisam ter seus direitos garantidos, inclusive no contexto dos alojamentos temporários**

Sabe-se que o cuidado e a proteção aos bebês e crianças com deficiência envolvem particularidades que precisam seguir sendo atendidas, mesmo nas situações de emergência. Em muitos casos, atendimentos terapêuticos, provisão de recursos e/ou alimentação especial precisam ser mantidos, quer o bebê/criança esteja junto de sua família, em sua residência, quer esteja em alojamentos temporários. Agravos advindos da situação de emergência podem impedir ou dificultar o acesso a esses serviços, por isso, é fundamental que as equipes estejam atentas a estas necessidades e busquem alternativas que viabilizem a continuidade do atendimento. Alojamentos específicos para crianças com deficiência podem ser uma alternativa, no sentido de viabilizar uma melhor organização dos serviços, mas com cuidado para que não reforcem a exclusão e o estigma. Atenção especial aos familiares das crianças é fundamental, uma vez que a sobrecarga advinda dos próprios cuidados com a criança soma-se à sobrecarga e ao trauma advindo da situação de emergência.



- **A proteção das crianças e a prevenção à violência deve ser uma preocupação de todas as pessoas nos alojamentos**

O evento extremo coloca bebês e crianças em uma situação de maior vulnerabilidade de diversas formas. No momento do resgate, é possível que sejam separados de seus cuidadores e familiares. Nestes casos, é prioridade o rastreamento efetivo dos alojamentos, para que o reencontro da criança com seus responsáveis seja feito o mais rápido o possível. Para promover a proteção dos bebês e crianças durante o período em que estão desacompanhadas dos familiares e responsáveis, é fundamental incluir, no plano de ação, definição imediata de local único para centralizar o acolhimento dessas crianças, com disponibilização de canais de contato, ativos 24h, altamente divulgados pela mídia. Essa priorização evita a circulação de imagens e dados dos bebês das crianças e a proteção de exposição e de violências decorrentes de usos de suas imagens e dados em diferentes plataformas e redes sociais, além de prevenir situações de estigmatização. Nos espaços, a aglomeração e alta circulação de pessoas colocam as crianças em situação de maior vulnerabilidade em relação à violência, em especial a violência sexual. A equipe que organiza os alojamentos pode estabelecer fluxos e regras sobre requisitos essenciais para ser voluntário atuante com essa faixa etária, além de definir sobre circulação desses voluntários(as) e demais pessoas externas, além de pactuações de como evitar que qualquer criança frequente os banheiros á desacompanhada de um familiar. As equipes que atuam com as crianças e famílias podem realizar orientações para prevenção e, além disso, é importante que sejam estabelecidos fluxos com a rede local para as notificações e encaminhamentos de situações de violência que possam ser identificadas. Além disso, é fundamental que se busque garantir que o espaço seja inclusivo, livre de discriminação, acolhedor às diversidades e que garanta às necessidades das crianças com deficiência.

- **Equipes interdisciplinares possibilitam olhar integral para a primeira infância**

A organização de equipes interdisciplinares pode ser feita através da parceria com universidades, com pessoas voluntárias ou trabalhadoras do serviço público. É importante o diálogo entre esta equipe e a rede de serviços local, para que seja possível registrar e sistematizar as informações sobre os atendimentos, garantindo a continuidade do cuidado prestado. É fundamental que sejam organizadas formas de garantir a alimentação, higiene e atendimento de saúde de acordo com o momento da vida. Além disso, as crianças devem ter garantido o direito à saúde de forma integral, com avaliação adequada para o tipo de exposição que tiveram (água contaminada, por exemplo), e que também observe aspectos psicossociais.



Recuperação

- **São necessários esforços para que as crianças retornem às escolas o mais breve possível**

A escola é um dos principais espaços de referência para as crianças. Além dos esforços para que sua estrutura física seja reaberta, é importante que as gestões locais empreendam esforços para garantir que as crianças tenham como retornar, como, por exemplo, realizar busca ativa de crianças que foram deslocadas de sua região de origem e garantir transporte. Esforços também podem ser necessários para viabilizar que os professores(as)/funcionários(as) retornem aos seus postos de trabalho, já que muitos também podem enfrentar problemas com transporte ou até mesmo terem sido diretamente atingidos.

- **As escolas precisam de apoio para recomeçar**

Em uma situação de emergência, muitas escolas interrompem suas atividades regulares, por estarem diretamente atingidas ou por funcionarem como alojamentos temporários. No recomeço, toda a comunidade escolar pode precisar de apoio: familiares, estudantes, professores(as) e demais funcionários. Nestes casos, é importante identificar a demanda e pode ser interessante articular com instituições parceiras, como universidades, por exemplo, para oferecer um apoio estruturado e de acordo com as necessidades locais. As necessidades podem ser tanto de natureza material (como mobiliário e recursos), como de conhecimentos específicos para lidar com o novo momento ou de apoio emocional.



- **Equipes que realizam acompanhamento de famílias com gestantes e crianças devem priorizar o atendimento àquelas atingidas pela situação de emergência**

As equipes locais devem construir formas de acompanhamento das famílias atingidas pelo evento, especialmente das que estiveram em alojamentos. Os programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz possuem uma potencialidade particular no período da recuperação por atuarem nos territórios, de forma intersetorial, realizando acompanhamento direto das famílias através de visitas domiciliares e atividades grupais. Nestas situações, é importante que as gestões municipais possam avaliar a necessidade de ampliar o número de atendimentos do município, para que possam priorizar o atendimento às famílias atingidas mais diretamente pela situação de emergência, sem desassistir outras famílias prioritárias.

- **É preciso um trabalho intersetorial para o apoio, proteção e garantia de direitos para as famílias com gestantes e crianças**

No período da recuperação, como no caso das enchentes e inundações no Rio Grande do Sul, muitas famílias retornam para suas casas em situação de precariedade e risco. Nestas situações, as crianças continuam brincando e podem ter contato com áreas contaminadas, ficando expostas a maiores riscos. Não se trata aqui de tentar impedir as crianças de brincarem. Ao contrário, é importante que aconteça um trabalho nos territórios para minimizar os riscos, socializar informações sobre direitos e reconstruir possibilidades concretas de vida que ofereçam esperança para as famílias. Assim, é possível construir ambientes mais seguros para as crianças pequenas e para as gestantes.

- **É possível utilizar estratégias de participação infantil para a reconstrução dos territórios**

As crianças se comunicam de diversas formas e interagem com os adultos e espaços da cidade como praças, escolas, mercados, casas, etc., também de forma multimodal. Através da ludicidade elas conseguem comunicar o que é importante para si na reconstrução dos territórios. Neste processo, é possível desenvolver ações que ajudem a ressignificar o espaço vivido, que foi atingido e está diferente após o momento da crise, e construir coletivamente novas possibilidades para os territórios.

- **Projetos de educação e cultura são potentes também no período da reconstrução**

A depender das características de cada situação de emergência, o período da reconstrução vai precisar mobilizar determinadas estratégias específicas. Vale destacar que, para além dos aspectos da reconstrução material, o apoio emocional, de promoção da cultura e da educação são muito importantes para a reconstrução dos sentidos e das possibilidades de vida. Para isso, além das ações das redes de serviço locais, parcerias com projetos sociais podem ser potentes e efetivos.

3

SUGESTÕES DE MATERIAIS DE APOIO

Durante o período das enchentes e inundações no Rio Grande do Sul, tanto em 2023 como em 2024, foram feitos diversos esforços para sistematização e elaboração de orientações para uma atuação mais eficaz. O estudo prévio destes materiais pode fortalecer pessoas que atuam em diferentes frentes das situações de emergência.

Cartilha Atenção à Saúde emocional de Crianças afetadas por Situações de Emergência, desenvolvida por Luciane de Almeida Pujol e Gabriela Dutra Cristiano através da coordenação estadual do Primeira Infância Melhor (PIM, 2023)

Promoção do Desenvolvimento Integral na Primeira Infância: organização de espaços seguros no contexto de desastres climáticos (Comitê Intersetorial pela Primeira Infância, 2024)

Pontos-chave para o cuidado aos bebês e suas famílias nos alojamentos temporários (REPI-RS, 2024)

Orientações para a proteção de crianças e adolescentes em abrigos temporários (CEEVSCA/RS, 2024)

Caixa de Ferramentas “Criança e Clima: Depois da Chuva”, que faz parte do Projeto Pé de Infância - Apoio e Informação para quem cuida (Iniciativa: Urban95; Realização: Allma Hub Criativo).

Orientações para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em abrigos temporários (CEEVSCA/RS, 2024)

Orientações sobre a Comunicação com as Crianças, no âmbito das informações dirigidas a elas (Rede Recria, Repi-RS, RNPI, ComCrianças, Sinestelas): **Imagens e Palavras que dão Medo: cinco minutos para se reconectar com as crianças.** Disponível no YouTube: <https://youtu.be/RnZMTLwIVpU>.

Orientações para Jornalistas (Coletivo Colo, Rede Recria, Repi-RS, RNPI, ANDI). Disponível no Instagram no perfil @rederecria.

Sugestões para formas de compartilhamento de informações sobre locais, contatos, cuidados e usos de dados e imagens de crianças, conforme experienciado no RS (Rede Recria, Repi-RS, RNPI). Disponível no Instagram no perfil @rederecria: [Informações](#), [Orientações](#) e [Cuidados](#).

Orientações sobre publicação de imagens de crianças e famílias em situação de calamidade (PIM, 2024)

4 ANEXO

Resumo das experiências
relatadas no Seminário

**“Primeira Infância e
as enchentes: o que
aprendemos com elas?”**

A Primeira Infância nas lentes da Intervenção da Pedagogia de Emergência no Rio Grande do Sul

Joselaine Fucks - Rede Pedagogia de Emergência RS

Joselaine Fucks, pedagoga de trauma e integrante da Rede Pedagogia de Emergência Sem Fronteiras, compartilhou sua trajetória e atuação em situações de calamidade, especialmente junto a crianças da primeira infância. A organização, presente no Brasil desde 2012 e no Rio Grande do Sul desde 2016, atua com base na Pedagogia do Trauma e na Pedagogia de Emergência — abordagens voltadas à estabilização emocional de crianças e jovens afetados por crises graves, como desastres ambientais, conflitos ou migrações forçadas. No relato, Joselaine destacou a importância da intervenção imediata, especialmente nos primeiros dias após o evento traumático. Quanto menor a criança, maior o impacto do trauma e mais urgentes são as estratégias de cuidado. A primeira infância, segundo ela, costuma ser invisibilizada nos atendimentos emergenciais, pois o brincar pode ser erroneamente interpretado como sinal de bem-estar. No entanto, muitos sintomas fisiológicos e comportamentais surgem de maneira sutil, exigindo atenção especializada. As ações da equipe no Rio Grande do Sul se concentraram na criação de espaços seguros, com rotinas previsíveis, ambientes preparados e profissionais sensíveis ao psicotrauma. Foram atendidos 19 abrigos em 30 dias de atuação, com foco em atividades de brincar livre, oralidade, expressão corporal, trabalhos manuais e música. As ações visavam descongelar o estado de alerta neurossensorial típico do trauma, promovendo regulação e recuperação emocional. A equipe também atuou junto aos educadores locais, promovendo workshops sobre psicotrauma na infância e sensibilização para o cuidado com as crianças após o retorno à rotina escolar. A formação especializada da rede inclui entre 8 e 12 horas de conteúdo dedicado exclusivamente à primeira infância, ofertado gratuitamente, embora com baixa adesão até o momento. Entre os desafios enfrentados, Joselaine apontou a dificuldade de inserção das equipes nas fases iniciais da emergência,

a desvalorização das necessidades infantis e a ausência de profissionais tecnicamente qualificados nos primeiros atendimentos. A atuação da pedagogia de emergência busca preencher essa lacuna, articulando-se com protocolos internacionais e adaptando-os ao contexto brasileiro. Por fim, Joselaine reforçou o compromisso ético da rede com a proteção integral da criança pequena em situações de crise, colocando-se à disposição para apoiar a construção de respostas humanitárias mais ágeis, qualificadas e centradas nas infâncias.

Promovendo espaços suficientemente bons nos abrigos

Ivanosca Martini pelo ITIPOA Psicanálise e Criatividade

Ivanosca Martini, representando o ITIPOA Psicanálise e Criatividade, compartilhou a experiência da instituição durante as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024. O ITIPOA, instituto voltado à formação psicanalítica com foco especial na atenção a gestantes, bebês e suas famílias, não tinha trajetória prévia em emergências humanitárias, mas sentiu-se convocado a agir diante do caos que assolou a cidade. A intervenção do grupo surgiu de uma escuta sensível ao sofrimento materno-infantil em contextos de alta vulnerabilidade. A partir de atendimentos voluntários realizados por Ivanosca em uma enfermaria de alto risco obstétrico, foram identificadas gestantes sem casa para retornar, em meio a perdas traumáticas e experiências de abandono. Com base nessa escuta, o instituto mobilizou voluntários e doações, organizando kits de acolhimento e apoio a mães e bebês em abrigos. Um dos principais aprendizados do grupo foi o reconhecimento das falhas nos protocolos emergenciais voltados à primeira infância. Tentativas de criação de abrigos exclusivos para mães e bebês falharam por desconsiderarem os vínculos afetivos e a complexidade das necessidades dessas famílias. Diante disso, o ITIPOA passou a atuar dentro dos próprios abrigos, buscando circunscrever pequenos espaços de cuidado e escuta. O relato trouxe três vivências significativas: no abrigo da Brigada Militar, um grupo familiar em estado de congelamento emocional foi gradualmente acessado por meio da narrativa simbólica, restabelecendo vínculos e expressão afetiva. No abrigo do Colégio Mesquita, foi criado o “Espaço do Soninho”, onde a presença respeitosa e a observação sensível permitiram a reaproximação de uma mãe ao seu bebê, que se mostrava em alerta constante. Em outra cena, o choro incessante de um bebê foi compreendido como espelhamento da angústia materna; ao se permitir chorar e ser ouvida, a mãe pode, enfim, silenciar o choro do filho. Ivanosca des-

tacou que, mesmo em contextos de improviso, intervenções breves e qualificadas podem restaurar temporariamente os vínculos afetivos e promover alívio do sofrimento psíquico. A criação de “espaços suficientemente bons” em meio ao caos não elimina o trauma, mas oferece respiros de cuidado e presença. A experiência reforça a urgência de políticas públicas que considerem a subjetividade da dupla mãe-bebê e reconheçam a potência das ações sensíveis na reconstrução após a catástrofe.

Observatório Faced/Ufrgs e as ações pelo direito das crianças no contexto de calamidade pública no RS

Juliana Goelzer - Departamento de Estudos Especializados/
Faced/UFRGS

A professora Juliana Goelzer apresentou a atuação da Faculdade de Educação da UFRGS e do Fórum Gaúcho de Educação Infantil (FGEI) durante a catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024. Sua fala trouxe uma potente articulação entre docência, extensão universitária e militância em defesa dos direitos das crianças em contextos de emergência. Desde o início das chuvas, ainda na região central do estado, integrantes do FGEI iniciaram um movimento de escuta e mobilização. Logo surgiu a campanha “Acolher e Brincar com Crianças Vítimas das Enchentes nos Alojamentos Temporários”, que articulou visitas a abrigos, doações de brinquedos, livros e materiais, além da criação dos chamados “espaços brincantes” — ambientes destinados à escuta e à expressão lúdica das crianças. A proposta partia da compreensão de que, diante do trauma e da perda de referências, as crianças precisavam de acolhimento afetivo, oportunidades de brincar e presença atenta, mais do que qualquer estrutura escolar formal. Com o avanço da crise, foi criado o projeto de extensão “Infâncias no contexto do desastre climático no RS”, que reuniu estudantes e docentes da pedagogia e de outras áreas, promovendo ações formativas e de acolhimento nos abrigos. As intervenções respeitaram o tempo e as narrativas das crianças, muitas das quais manifestavam nas brincadeiras elementos do vivido: chuvas, enchentes, casas improvisadas. Ao mesmo tempo, as equipes lidavam com desafios como a invisibilidade das crianças nos espaços de acolhimento e a ausência de políticas públicas articuladas. Num segundo momento, foi iniciado o projeto “Apoio político-pedagógico à reestruturação das escolas”, voltado à escuta das comunidades escolares e à reconstrução das rotinas educativas. A campanha “Adote uma escola de educação infantil do RS” mobilizou fóruns de outros estados para apoiar escolas atingidas, respeitando

suas demandas e particularidades. A terceira frente de ação foi a criação do Observatório da Educação Básica da FACED/UFRGS, que monitora a situação das crianças após o desastre — muitas ainda sem acesso à escola por mudanças de cidade ou ausência de vagas. Juliana destacou o quanto as enchentes escancararam desigualdades já existentes, tornando evidente a urgência de políticas públicas intersetoriais que garantam não apenas sobrevivência, mas também dignidade, vínculos, escuta e brincadeira para todas as infâncias.

Atendimento do Serviço de Proteção Em Calamidades Públicas e Emergências do município de Taquara durante as enchentes de maio de 2024: foco no atendimento à Primeira Infância

Leidi Daiana Flesch - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Cidadania de Taquara/RS

A psicóloga Leidi Flesch compartilhou a experiência do município de Taquara no enfrentamento das enchentes de maio de 2024, com foco nas ações voltadas à Primeira Infância. Ela atua no CRAS e no Programa Municipal de Desenvolvimento Infantil (PMDI), que integra o Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor PIM/RS. Desde junho de 2023, Taquara tem sido impactada por eventos climáticos extremos. A enchente de maio de 2024, no entanto, foi a maior já enfrentada, exigindo a abertura simultânea de sete abrigos e a mobilização de uma rede intersetorial de atendimento. Foram registrados mais de 8 mil desalojados e centenas de desabrigados, principalmente nos bairros Empresa e Santa Maria. A atuação da equipe se deu com base no Plano de Atendimento em Situações de Calamidade Pública, elaborado previamente pela equipe da Secretaria e coordenado por Luciana Rocha. Esse planejamento foi fundamental para garantir agilidade na resposta à crise. As visitadoras do PMDI passaram a integrar o serviço de proteção em calamidades, atuando nos abrigos com foco especial na escuta, no cuidado e no brincar com crianças pequenas. Espaços específicos foram organizados para garantir acolhimento qualificado, inclusive com a participação de voluntários e de educadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. As atividades, centradas em desenho, pintura e brincadeiras, revelaram a presença constante da água como símbolo nos relatos e expressões das crianças. Houve também ações de orientação e prevenção, como a realização de reuniões com familiares para tratar da proteção infantil e da prevenção de abusos. A equipe organizou o fornecimento seguro de alimentos e manteve atenção especial à saúde mental das famílias, muitas marcadas pelo medo e pela insegurança. Encerrado o perí-

do de abrigamento, as visitadoras auxiliaram no cadastramento das famílias para programas emergenciais, como o *Pix SOS* e o *Volta por Cima*, além do acompanhamento das demandas das famílias já inseridas no PMDI. O serviço de acolhimento familiar também foi mobilizado, com apoio às famílias acolhedoras atingidas pela enchente. Leidi finalizou destacando o comprometimento das equipes e a importância do trabalho intersetorial na garantia dos direitos das crianças em contextos de calamidade.

O cuidado nos une: a experiência do abrigo da Unisinos em São Leopoldo

Tagma Marina Schneider Donelli - Curso de Psicologia da Unisinos

A professora Tagma Donelli apresentou o relato da Unisinos durante a emergência das enchentes de maio de 2024, quando a universidade abriu um abrigo no campus de São Leopoldo. A iniciativa, em resposta ao pedido da prefeitura, acolheu até 2 mil pessoas e operou por três semanas, tornando-se o maior abrigo da cidade. A universidade mobilizou professores, estudantes, técnicos, egressos e comunidade externa, totalizando mais de 900 voluntários. A estrutura acadêmica foi suspensa, e todas as escolas da Unisinos se envolveram nas ações. A Escola de Saúde coordenou um conjunto expressivo de atividades em saúde, com atuação destacada dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Farmácia, Nutrição e Biomedicina. Outros cursos também contribuíram: a Engenharia montou uma estação emergencial de tratamento de água; a Pedagogia criou o projeto Recriação; a Educação Física organizou brincadeiras, gincanas e atividades ao ar livre; a Gastronomia e a Nutrição adaptaram refeições à cultura alimentar de famílias abrigadas. Entre as ações com foco na infância, destacam-se: cuidados com doenças respiratórias, gastrointestinais e infecções; orientações sobre desenvolvimento infantil; manipulação de medicamentos em formas adequadas para crianças; vacinação e atualização de cadernetas; criação de espaços de acolhimento e recreação. Também houve atenção especial às gestantes e aos bebês, incluindo a realização de grupos de apoio e a condução de partos em situação de urgência. Tagma destacou desafios importantes: a ausência de um sistema unificado de dados; a fragilidade das redes de cuidado e supervisão das crianças, com situações frequentes de bebês deixados com voluntários por longos períodos; e a necessidade de preparar voluntários para lidar com situações extremas. A experiência revelou formas de cuidado que, embora exacerbadas no contexto da emergência, refletem vulnerabilidades estruturais no cuidado à infância. A atuação da Unisinos foi atravessada por afetos, ética e

compromisso social. Como resultado da vivência, a universidade adotou um novo lema institucional: “Nossa sala de aula é o mundo”, reconhecendo que o aprendizado se dá também nos encontros com a realidade, especialmente em momentos de crise.

Bebês também precisam brincar: atuação para garantia dos bebês no contexto das enchentes

Rosane Romanini, do Grupo de Trabalho “Direitos dos bebês no contexto das enchentes - Repi-RS

O Grupo de Trabalho “Direitos dos bebês no contexto das enchentes” surgiu a partir dos encontros da Rede Estadual Primeira Infância do RS (REPI-RS), diante da constatação da invisibilidade dos bebês nos abrigos temporários formados após as enchentes de 2024. Embora presentes em diferentes espaços de acolhimento, os bebês raramente eram contemplados por ações intencionais voltadas à garantia de seus direitos. A partir da união de profissionais de áreas diversas — como psicologia, educação e pediatria —, foi construído um projeto coletivo voltado à proteção e ao desenvolvimento de crianças de 0 a 2 anos e 11 meses, com ênfase na promoção do brincar e no fortalecimento da parentalidade. O grupo atuou em municípios como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Porto Alegre, Canoas e Guaíba, realizando escutas e acompanhamentos em abrigos, diagnosticando a realidade dos bebês e de suas famílias, e criando estratégias para que, mesmo em contextos adversos, o desenvolvimento infantil não fosse negligenciado. Foram observadas situações críticas, como estresse tóxico, bebês expostos a excesso de telas, ausência de espaço para brincar, falta de vínculo com cuidadores e retraimento parental em razão de traumas. As intervenções buscavam restabelecer o vínculo entre bebê e família, por meio da escuta sensível, da oferta de kits de brincar e da criação de espaços seguros nos abrigos. Pequenos gestos — como colocar o bebê no chão para explorar — geraram engajamento parental e fortalecimento dos vínculos afetivos. A articulação com o Primeira Infância Melhor (PIM) foi essencial para acessar famílias, ampliar a capilaridade da proposta e garantir que a atuação tivesse aderência à política pública já consolidada. Cinco princípios orientadores foram sistematizados e validados pelo UNICEF, sendo amplamente

divulgados em cartazes afixados nos abrigos. O projeto, inicialmente voluntário, ganhou fôlego com apoio da United Way Brasil, permitindo sua continuidade e expansão. A experiência demonstrou a potência do trabalho em rede e a urgência de inserir os bebês como prioridade em situações de emergência, por meio de estratégias que respeitem sua condição singular de desenvolvimento e que fortaleçam vínculos afetivos, essenciais para sua segurança emocional e física.

A lágrima secando: o trajeto do olhar perdido à esperança.

Elisabel Siqueira - Programa Primeira Infância Melhor do município de Alvorada/RS

O presente relato traz a experiência do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) no município de Alvorada/RS no contexto pós-enchente, destacando os impactos vividos pelas famílias atendidas, bem como pelas equipes técnicas e visitadoras. Com atuação em 11 bairros da cidade — vários deles severamente atingidos pela enchente de 2024 — a equipe de 40 visitantes enfrentou o desafio de localizar e restabelecer vínculos com as famílias, muitas das quais foram deslocadas para abrigos, casas de familiares ou outros municípios. O título do relato traduz a trajetória emocional vivida pelas famílias e profissionais: do sofrimento explícito nas lágrimas à esperança reconstruída cotidianamente, passo a passo. No momento do retorno às casas, as famílias se depararam com cenários de destruição e ambientes insalubres, onde as crianças seguiam brincando, muitas vezes descalças, entre a lama e os fios expostos. A escuta sensível e o acolhimento foram estratégias fundamentais adotadas pelas visitadoras para apoiar tanto as crianças quanto os adultos nesse processo de reorganização afetiva, simbólica e material. As profissionais relataram o esgotamento emocional coletivo: visitadoras com familiares atingidos, residências lotadas para acolhimento e atendimentos feitos mesmo em meio ao sofrimento pessoal. O apoio psicológico à equipe, por meio de escutas clínicas quinzenais, foi essencial para sustentar o trabalho em campo. Outro aspecto evidenciado foi a importância da continuidade no vínculo entre visitadora e família, o que facilitou reencontros e acompanhamentos mesmo após perdas materiais e tecnológicas, como celulares e contatos. No pós-enchente, as visitas domiciliares priorizaram a escuta das demandas específicas de cada núcleo familiar. Algumas famílias expressavam a dor da perda através do silêncio ou da resistência a falar sobre o ocorrido. Outras, evidenciavam o luto por objetos sim-

bólicos, como fotos de família e cheirinhos de dormir, que compunham suas memórias afetivas. O relato evidencia que o processo de reconstrução vai além da limpeza e da retomada da rotina. Requer tempo, vínculos e políticas públicas que considerem a singularidade das infâncias vulnerabilizadas. O PIM de Alvorada segue acompanhando semanalmente as famílias, reconhecendo que o sofrimento ainda está presente — e que a esperança precisa continuar sendo cultivada no cotidiano das visitas.

Dialogando com crianças pequenas, do município de Colinas, sobre fenômenos naturais, utilizando a caixa de ferramentas Criança e Clima

Paola Cristina Schwarz - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Colinas/RS

O município de Colinas, com cerca de 2 mil habitantes e apenas duas escolas municipais, enfrentou em menos de um ano duas grandes enchentes (setembro de 2023 e maio de 2024), que afetaram diretamente os espaços escolares e a vida da comunidade. A Escola de Educação Infantil foi duramente atingida, com perdas significativas de materiais, brinquedos e livros, o que gerou nas equipes a sensação de impotência e a necessidade urgente de reconstruir um ambiente seguro e acolhedor para as crianças. Diante das incertezas sobre como abordar os acontecimentos com os pequenos, a equipe encontrou apoio na Caixa de Ferramentas Criança e Clima, desenvolvida pela ALMA Consultoria. O material, composto por livros, cartas, músicas, brincadeiras e propostas pedagógicas, permitiu que os profissionais se sentissem mais preparados para escutar e dialogar com as crianças sobre o que viveram. Desde os bebês até as turmas maiores foram contemplados nas propostas. As professoras adaptaram o material às suas realidades, utilizando livros como *Lá vem o sol*, *Jabuticaba* e *Tina e Pedro* para abordar sentimentos, medos e esperança. As crianças participaram de releituras coletivas, brincadeiras simbólicas, experiências científicas e produções em família. A biblioteca da escola, completamente danificada, foi ressignificada como espaço lúdico de convivência, demonstrando como o brincar também pode reconstruir memórias afetivas. Além do trabalho com as crianças, as equipes pedagógicas vivenciaram um potente momento de escuta e acolhimento entre si, utilizando as “Cartas para Depois da Chuva” como disparadores de conversas emocionais. Esse momento de formação se tornou um espaço terapêutico, permitindo que os profissionais também elaborassem suas vivências diante do desastre. O relato evidencia que não é necessário ter os melhores materiais para fazer a diferença. O essencial está na pre-

sença, na escuta e na disposição para reconstruir sentidos junto às crianças e às famílias. Em Colinas, o trabalho coletivo e sensível da rede de educação reafirma que é possível transformar o trauma em oportunidade de fortalecimento dos vínculos e de ressignificação dos espaços e vivências da infância.

Atuação do Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini junto à Comunidade Santa Teresinha no contexto das enchentes

Lisandra Batista Felix - Coordenadora do Centro

Com quase duas décadas de atuação na Vila dos Papeleiros, em Porto Alegre, o Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini realiza um trabalho social comprometido e enraizado junto à comunidade Santa Teresinha, marcada por intensa vulnerabilidade social. Atendendo diariamente crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o centro oferece oficinas de música, teatro, dança, meio ambiente, esportes, tecnologias sociais, além de programas com foco em juventudes, aprendizagem e formação cidadã. No contexto das enchentes de 2024, o Centro enfrentou enormes desafios: perdas materiais, inundações severas e o desaparecimento temporário de muitas famílias atendidas. Em meio ao caos, a equipe coordenada por Lisandra mobilizou redes de proteção social e buscou localizar, acolher e apoiar essas famílias. A atuação do centro foi imediata e visceral, marcada pela escuta ativa, assistência alimentar e ações de sensibilização com as crianças, que foram incentivadas a compartilhar seus relatos e emoções sobre o que vivenciaram. Durante e após o desastre, o Centro manteve suas ações: entrega de marmitas (entre 100 e 140 por dia) para moradores de rua, recicladores e profissionais do sexo; atendimento a animais; mobilização para o retorno das unidades móveis de saúde; revitalização de espaços públicos; e fortalecimento de parcerias com escolas, paróquias, unidades de triagem e projetos culturais e esportivos. A escola Marista Irmão Getúlio e outras instituições maristas da região também foram fortemente atingidas, e se somaram aos esforços de reconstrução. Em meio às perdas, a potência da arte e da cultura emergiu como caminho de cura. Um dos momentos mais simbólicos foi a apresentação da Banda ERTOS durante um congresso de educação popular, quando a jovem Vitória cantou, a capela, *Terra, Planeta, Água*, emocionando todos os presentes. Também foi destacada a importância do proje-

to Amor Materno, voltado ao cuidado com mães gestantes e com crianças pequenas, fundamental durante o enfrentamento da crise. O Centro segue atuando com esperança, semeando afetos, vínculos e possibilidades no território. Por meio da escuta, do cuidado e da presença diária, resiste com a comunidade e reafirma: o arco-íris da infância e da solidariedade continua sendo sinal de reconstrução e futuro.

Como as crianças seguem ocupando a cidade no contexto pós-enchente? Possibilidades de ressignificação a partir da escuta das crianças

Bruna Antunes da Cunha - Sesquinho Cachoeirinha

A partir de uma investigação iniciada em 2023 sobre como as crianças ocupam os espaços da cidade, o Sesquinho Cachoeirinha desenvolveu experiências significativas de caminhadas pelo bairro, contato com a comunidade local e reconhecimento do entorno como espaço educativo. Com apoio das famílias, as crianças passaram a circular cotidianamente fora dos muros da escola, ocupando praças e comércios, promovendo vivências de pertencimento e cidadania. Em 2024, as enchentes interromperam esse processo. A escola foi fortemente atingida, assim como grande parte da comunidade escolar. Com perdas materiais quase totais e um longo período sem contato com as crianças, a equipe se viu diante do desafio de reconstruir não apenas o espaço físico, mas também os vínculos e o sentimento de pertencimento. Inicialmente, foram criados kits pedagógicos com propostas para serem realizadas em casa, que foram entregues em um encontro presencial na praça Getúlio Vargas. A partir do retorno à escola, mesmo com estrutura mínima, priorizou-se o acolhimento e a escuta sensível das crianças, que passaram a expressar, por meio de desenhos, falas e brincadeiras, seus sentimentos e percepções sobre a enchente. As crianças demonstraram desejo de reconstruir a cidade: sugeriram brinquedos para as praças, imaginaram novos espaços e dialogaram com comerciantes da região. Produziram placas de preservação para a “praça da areia” com apoio da ferragem local, desenharam mapas do bairro com base nos passeios realizados e propuseram investigações para entender a força e o impacto da água, medindo com cordas e balanças a distância que o rio percorreu até a escola — resultando na simbólica conclusão de que o rio “pesou 163 gramas”. Vivências sobre morte e vida também emergiram nas interações: as crianças acolheram um cachorro de rua, batizado de Amoroso, e realizaram rituais

simbólicos de despedida de um passarinho encontrado morto. A escola realizou uma exposição sensível com registros e falas infantis sobre a enchente, reforçando o valor da memória e da reconstrução coletiva. A partir da escuta atenta das crianças, o Sesquinho reafirma a potência da infância na ressignificação da cidade e dos vínculos comunitários. Em meio ao luto e às perdas, as crianças seguem ocupando e reinventando a cidade com afeto, criatividade e esperança.

Realização



Apoio

